



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "RENOVAÇÃO DO RELVADO NATURAL E DO SISTEMA DE REGA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DA COUTADA" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL SPORT RELVA – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RELVADOS E OBRAS PÚBLICAS, LDA, DE MONDIM DE BASTO [ PO 207/2017]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 27 de junho de 2017, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de 24 de maio de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

**José Frederico de Lemos Machado**, titular do cartão de cidadão nº 11152553, residente no lugar da Igreja, freguesia de Veade, concelho de Celorico de Basto, que outorga, na qualidade de **Gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas, denominada "**SPORT RELVA – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE RELVADOS E OBRAS PÚBLICAS, LDA**", com sede na Av. da Igreja, Centro Comercial Senhora da Graça, Loja K, fracção C, Mondim de Basto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mondim de Basto, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **508 302 455**, com o capital social de € 50.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada Deliberação de **24 de maio de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Ajuste Direto, nos termos dos artigos 19º, alínea a) e 124.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **“RENOVAÇÃO DO RELVADO NATURAL E DO SISTEMA DE REGA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DA COUTADA”**. -----

Pela referida Deliberação da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € 142.189,40 (**cento e quarenta e dois mil cento e oitenta e nove euros e quarenta cêntimos**), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 8.531,37 (oito mil quinhentos e trinta e um euros e trinta e sete cêntimos). -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objecto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **60 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- Sétima -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- Oitava -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 09 – Arranjos exteriores.** -----

----- Nona -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alinea 06** -- Instalações desportivas e recreativas. -----

Classificação Funcional – **25208.** -----

----- Décima -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- Décima Primeira -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições



a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; ----

c) O caderno de encargos; -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 - Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

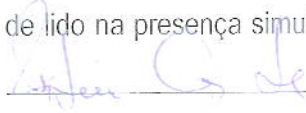
Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. \_\_\_\_\_

O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. \_\_\_\_\_

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

4

regularizada perante a Segurança Social, emitida em **29-05-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Mondim de Basto, em **11-04-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras pública nº 65444-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 4001-0803-7237, subscrita em 03-03-2017 e válida até **03-03--2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **73/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **30/2017**